

Avaliação da participação no Comitê Gestor da Internet *gestão 2007-2010*

Gustavo Gindre – Interozes – Coletivo Brasil de Comunicação Social
representante eleito do terceiro setor

O relatório foi feito dividido em blocos, no seguinte esquema:

> Propostas apresentadas no processo eleitoral anterior
Avaliação do quanto se avançou nesta gestão

- > Publicação de um cronograma de implantação das decisões do CGI.br, incluindo o estágio de definição de cada uma, viabilizando o acompanhamento por parte do público.**
- > Divulgação pública das pautas, com antecedência mínima de cinco dias.**
- > Divulgação pública de atas mais detalhadas.**
- > Transmissão das reuniões por webcasting.**
- > Realização de fóruns presenciais abertos pelo menos uma vez por semestre, não apenas em São Paulo, onde a sociedade civil e os movimentos sociais possam encaminhar ao CGI.br suas contribuições.**
- > Os representantes do "terceiro setor" devem se comprometer em criar e manter um blog de prestação de contas.**
- > Criação de portal que resuma os principais debates do CGI, com abertura à participação da sociedade.**

Considero esta uma das três principais derrotas deste segundo mandato de membros eleitos ao CGI.br. (1)

Embora tenha ocorrido um esforço inicial na criação do blog do Interozes no Cgi.br, é fato que não houve continuidade nesse processo, quebrando uma expectativa de prestação de contas que foi gerada durante a campanha eleitoral para este mandato que agora se encerra.

Por outro lado, uma mistura de entraves burocráticos e falta de vontade política fez com que o CGI.br não conseguisse alcançar um nível ao menos satisfatório de transparência. Até mesmo iniciativas aprovadas, como a pronta divulgação da ata das reuniões e a realização de fóruns presenciais abertos, acabaram não sendo colocadas em prática.

Por fim, o tema da transmissão das reuniões em webcasting foi derrotado no primeiro mandato de membros eleitos e não chegou a ser votado novamente neste segundo mandato.

- > Apoio a programas de hospedagem gratuita de sites e outros serviços (como e-mail, FTP e hospedagem de arquivos) para organizações da sociedade civil que não tenham recursos financeiros.**

De fato, hoje avalio de que essa não deveria ter sido uma proposta para o CGI.br, dado que este tipo de atuação não faz parte do rol das atribuições da entidade. Seria até temerário tornar o CGI.br num usuário final da Internet brasileira (na qualidade de provedor de serviços), quando seu papel é justamente zelar pelo funcionamento da raiz para todos os usuários da Internet

no Brasil.

> Iniciar imediatamente um estudo sobre a Convenção de Budapeste, que trata da questão da segurança e direitos humanos na rede, com o objetivo de subsidiar o Congresso Nacional.

Foi feita uma interlocução com o Itamaraty, que explicou a posição do Estado brasileiro (para além do posicionamento deste governo) de não assinar acordos internacionais do qual o Brasil não tenha sido um dos redatores.

Ao mesmo tempo, setores da sociedade civil avaliam que tal Convenção, sob a justificativa de defesa dos direitos humanos, acaba legislando sobre o tema da propriedade intelectual, dando legitimidade para um recrudescimento da ação dos países signatários.

Portanto, a posição é de não assinatura por parte do Brasil.

> Apoiar projetos em software livre, para pesquisa e desenvolvimento para a gestão da Internet.

> Manter a adoção de padrões livres como padrão oficial de documentos do CGI.br.

> Continuar com a assessoria gratuita para países africanos, que não possuem o sistema de registro do seu código de país (country code).

Todos os projetos do CGI.br são feitos em softwares e padrões abertos. Neste campo destacou-se a iniciativa do CGI.br de hospedar e custear o escritório brasileiro do W3C (World Wide Web Consortium), que é o responsável por definir vários dos padrões que são utilizados na Internet. Os países ditos desenvolvidos, e suas empresas e universidades, têm a estratégia de ocupar o máximo possível dos espaços no W3C e influenciar em suas decisões. O CGI.br decidiu, então, arcar com os custos de manutenção do primeiro escritório do W3C (www.w3c.br) fora de um país dito desenvolvido, com o objetivo de tentar arregimentar o maior número possível de membros da comunidade acadêmica brasileira. A iniciativa visa tanto a defesa dos padrões abertos quanto o incremento da participação brasileira.

> Apoio à reserva e ampliação de faixas de espectro sem licença para uso de redes comunitárias, especialmente com tecnologias colaborativas como a mesh.

> Apoio à reserva de blocos de frequências para uso das redes comunitárias em editais de licitação, como o do wi-max, sem que haja necessidade de colocá-los à venda, com abertura para oferecimento do serviço por órgãos públicos.

> Seleção de pelo menos cinco cidades de porte médio, com distintos critérios, para a criação de redes comunitárias sem fio (de preferência, mesh) que possam levar Internet diretamente para a casa das pessoas.

Considero esta uma das três principais derrotas deste segundo mandato de membros eleitos ao CGI.br. (2)

Embora houvesse recursos disponíveis, não foi possível aprovar o envolvimento do CGI.br em atividades de inclusão digital, seja a melhoria da gestão do espectro (atividade considerada como sendo de âmbito exclusivo da Anatel) ou a construção de “cidades digitais”. Este tema sempre foi motivo de discórdia

com representantes do empresariado e do próprio governo e sem consenso não foi possível aprofundá-lo.

> Intensificar os esforços para encaminhar o PL sobre spams.

> Manter os trabalhos da Comissão de Trabalho anti-spam.

O PL foi redigido com o apoio do CTS-FGV e se encontra tramitando no Congresso Nacional. Adicionalmente foi criado um website com conteúdos explicativos sobre o combate ao spam, aprovada uma Resolução sobre o tema (www.cgi.br/regulamentacao/resolucao2009-001.htm) e, embora o CGI.br não tenha poder mandatário, foi iniciada uma campanha junto aos provedores de acesso para o bloqueio do tráfego de saída pela Porta 25. Esta medida tem o potencial de reduzir em mais de 90% o envio de spams através de computadores de terceiros.

> Aprovação de projeto de lei para substituir o atual Decreto Presidencial que criou a nova composição do CGI.br (em 2003).

Há uma série de demandas para alterações na composição do CGI.br, inclusive de outros órgãos de governo que não estão atualmente representados. Contudo, a posição do governo nesse assunto foi definida no âmbito da Casa Civil, que até hoje não mostrou disposição em tratar o tema através de projeto de lei. Sem o apoio dos representantes do governo, e não havendo consenso entre os membros eleitos, foi impossível construir um projeto de lei.

> Elaborar uma proposta para um novo marco regulatório para as comunicações, em especial as questões da internet, a partir dos resultados apresentados por consultoria especializada, conforme edital já publicado, e apresentação dos resultados na Conferência Nacional de Comunicação, a ser apoiada pelo CGI.br.

> Dar continuidade, após à consultoria inicial, aos estudos de acompanhamento da regulação, com financiamento de bolsas de pesquisa.

Considero esta uma das três principais derrotas deste segundo mandato de membros eleitos ao CGI.br. (3)

O processo de contratação de uma consultoria externa foi suspenso de forma traumática, sem que fosse declarado um vencedor e representantes do governo afirmaram explicitamente que não estavam autorizados a tratar desse assunto no CGI.br. Por outro lado, não havia consenso entre os membros eleitos sobre a importância de tratar do tema. O resultado é que este assunto foi praticamente interdito no debate interno.

> Apoio à expansão da banda larga por meio de backbones públicos, reunindo a estrutura da Eletronet, Eletrobrás e suas subsidiárias, RNP e Petrobras, entre outras.

Embora não tenha tido participação direta no processo decisório (como, de fato, não poderia ter), o CGI.br foi um espaço importante de debates sobre o Plano Nacional de Banda Larga.

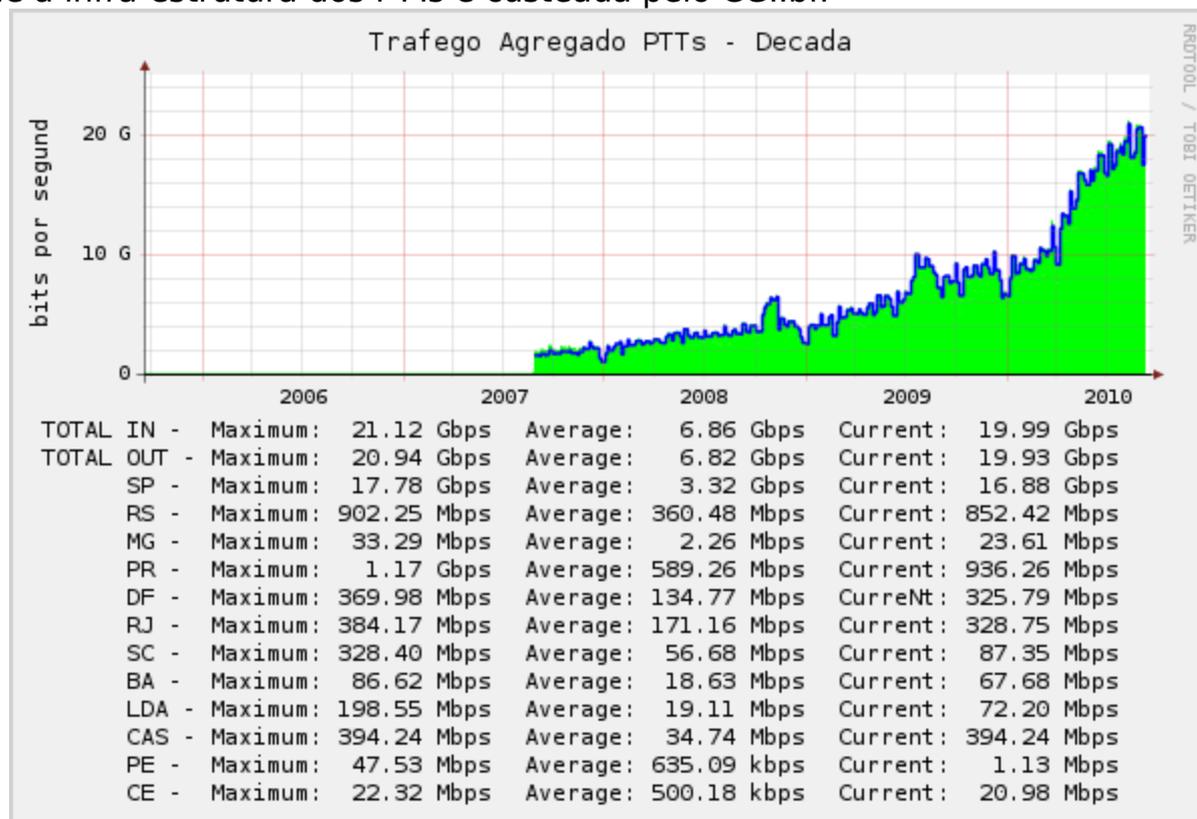
Houve acalorada discussão sobre a troca das obrigações dos Postos de Serviço Telefônico (PSTs) pelo Backhaul, no âmbito da renovação dos contratos de

concessão do Serviço de Telefonia Fixa Comutada (STFC). Nestes assunto, me manifestei criticamente em relação ao acordo, defendendo posição semelhante àquela de Flávia Lefevre no Conselho Consultivo da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel). Talvez por isso fui convidado, na condição de membro do CGI.br, a externar este opinião justamente no Conselho Consultivo da Anatel.

Por outro lado, o CGI.br deu apoio desde o início à utilização da Telebrás como instrumento para a construção de uma infovia pública que sirva como instrumento de política de universalização da banda larga. O resultado deste apoio é que dois membros do CGI.br (Carlos Afonso e Demi Getschko) foram convidados a integrar o Conselho de Administração da Telebrás.

> Seguir com os projetos do CERT.br e do PTT.br.

Na imagem abaixo é possível perceber como os PTTs (Pontos de Troca de Tráfego) ganharam dimensão nos últimos anos, com a entrada das grandes operadoras. Com isso, o tráfego de Internet passa a ser trocado localmente (antes era preciso as vezes roterar até fora do país), diminuindo os gargalos da rede e, principalmente, os custos para os pequenos provedores. Vale lembrar que a infra-estrutura dos PTTs é custeada pelo CGI.br.



> Seguir com os projetos do CERT.br e do PTT.br.

O CERT (Centro de Estudos, Resposta e Tratamento de Incidentes de Segurança) se constitui, provavelmente, no principal centro brasileiro para formação de recursos humanos e monitoramento de casos de violação de segurança na Internet. Inclusive, se tornando uma referência internacional.

> Fortalecer o CETIC.br

Junto com os PTTs, o CERT (Centro de Estudos sobre as Tecnologias da Informação e da Comunicação) e, claro, o registro de domínios, o CETIC encerra o conjunto de iniciativas “técnicas” bem sucedidas do CGI.br. Depois do registro de domínios (a função que deu origem ao próprio CGI.br), o CETIC é provavelmente a iniciativa do CGI.br de maior visibilidade social. Além das pesquisas TIC Domicílios e TIC Empresas, o CETIC desenvolve várias pesquisas sob demanda. Há uma com o MPOG sobre governo eletrônico, uma com o MEC sobre uso de TICs nas escolas e uma com a ABONG sobre uso de TICs nas ONGs. No momento o CETIC está começando parcerias com o IPEA e com a Unesco e finaliza o termo de cooperação com a Ancine (uma pesquisa qualitativa para colher dados sobre produção e consumo de audiovisual na Internet).

> O CGI.br deve garantir bolsa para a presença de pelo menos cinco representantes da sociedade civil nos próximos IGFs

> Solicitar ao governo a recriação oficial do Grupo Interministerial para a Sociedade da Informação (GISI)

> Garantir que a Comissão de Governança do CGI.br possa ter o caráter de consultor especial do GISI

Enquanto atua pouco no debate político interno, o CGI.br tem atuação marcada no debate internacional. A parceria com o Itamaraty no Internet Governance Forum (IGF) e na ICANN se intensificou bastante nos últimos anos e o Brasil passou a ser visto como referência no enfrentamento aos Estados Unidos e às grandes empresas do setor. O documento “Princípios para a governança e uso da Internet” (www.cgi.br/regulamentacao/resolucao2009-003.htm) se tornou uma espécie de “agenda para o desenvolvimento” do IGF e conta hoje com o apoio entusiasta dos setores mais progressistas no âmbito internacional.

Também foi marcante o apoio do CGI.br para que vários representantes da sociedade civil pudessem participar das edições do IGF.

E não apenas o GISI foi recriado como a atuação do CGI.br tem servido como eixo central dos debates no grupo interministerial.

> Publicação de um edital por ano para digitalização e/ou disponibilização de conteúdos em língua portuguesa, preferencialmente publicados sob licenças livres.

Finalmente depois de um longo processo interno foi aprovado o primeiro edital de projetos, que trata do apoio à publicação de livros. No momento, está sendo composta a comissão avaliadora.

O segundo edital de projetos deve ficar apenas para 2011 e provavelmente tratará de capacitação.

> Trabalhar pelo repasse imediato dos recursos que estão hoje sob controle da FAPESP.

Finalmente, depois de uma longa disputa interna, o CGI.br aprovou a contratação de um escritório de advocacia para tratar do tema dos recursos do CGI.br que hoje se encontram “sequestrados” pela FAPESP. No momento, transcorre o prazo para que a FAPESP devolva estes recursos ou, segundo deliberação aprovado, o CGI.br adotará o caminho da disputa judicial.

Lidar com essa disputa judicial (que envolve mais de R\$ 160 milhões) será um

dos principais desafios dos próximos conselheiros.

Temas que não eram citados na plataforma do Interozes para esta gestão do CGI.br, mas que tiveram ações encaminhadas

Zappiens - O nome adotado é o mesmo de uma experiência bem sucedida em Portugal, a fim de estimular a sinergia entre ambas. O Zappiens se propõe a ser um repositório de vídeos a serem disponibilizados livremente. Uma espécie de You Tube dos arquivos públicos. Se a instituição parceira desejar, o CGI.br pode armazenar os vídeos, mas a intenção inicial é ter uma plataforma indexadora de distintos repositórios. O projeto ainda está em caráter inicial. A plataforma precisa ser melhorada (suportar mais formatos, indexar metadados, ser mais amigável) e mais entidades precisam ser agregadas (até o momento, fazem parte o Arquivo Nacional, a RNP e a USP). Este projeto tem um enorme potencial, mas precisará de mais envolvimento por parte dos futuros conselheiros.

Apoios acadêmicos - Tradicionalmente o CGI.br apóia uma série de eventos acadêmicos ligados à Internet. Uma mudança para o próximo ano é que a política adotada deixará de ser a do “balcão das demandas”. O CGI.br passará a destinar recursos fixos que serão distribuídos através de um edital para os eventos acadêmicos que forem escolhidos após um processo de seleção. Isso porque a cada ano aumentam os pedidos e o receio era tornar o CGI.br um lugar de disputa dos lobbies acadêmicos. Agora, serão os critérios do CGI.br que definirão quais os projetos que serão aprovados.

Observatório Brasileiro de Políticas Digitais - O CGI.br recém-aprovou o apoio a esta iniciativa, do CTS-FGV, que ainda está se estruturando. Sobre o observatório: “O objetivo do observatório é analisar de forma permanente e institucional as principais iniciativas de regulamentação da internet e políticas públicas voltas à rede. Será realizada ainda a análise de políticas no plano internacional que possuam impacto direto sobre as decisões regulatórias brasileiras. O Observatório atuará como disseminador do debate, informando sobre os principais pontos discutidos, bem como traduzindo para o contexto brasileiro decisões de política pública externas. Por fim, o Observatório atuará como 'think tank', apresentando seu próprio posicionamento sobre as questões mapeadas.”.

Marco Civil da Internet - Curiosamente, apesar da incapacidade/recusa do CGI.br em se envolver em assuntos regulatórios, o CGI.br tem contribuído de maneira significativa com os esforços do MJ para propor um Marco Civil da Internet. Esta parceria, na verdade, se surgiu a partir da posição crítica em relação ao PL Azeredo e se aprofundou nos debates sobre o Marco Civil.

Medição da última milha - Em parceria com o Inmetro, o CGI.br se prepara para divulgar o primeiro resultado de seu projeto de medição da última milha do acesso banda larga a Internet. É correto dizer que um provedor de acesso não pode se responsabilizar pela velocidade de acesso a um determinado site que, muito provavelmente não se encontra hospedado neste provedor. Haveria, portanto, a necessidade de interconexão com outras redes que escapam à governança daquele provedor de acesso. Contudo, a velocidade

disponível na última milha (entre o provedor e o usuário) é sim de responsabilidade do provedor de acesso e medir esta velocidade real pode revelar que muitas empresas estão vendendo uma capacidade de acesso que não são capazes de entregar. Desenvolver uma metodologia confiável para este tipo de teste pode gerar um produto importante tanto para as reivindicações de inclusão digital quanto para o movimento de defesa do consumidor.